
EDUCAÇÃO NA CIDADE: OS “PREDINHOS” DE JABAETÉ

EDUCATION IN THE CITY: THE “SMALL BUILDINGS” DE JABAETÉ

EDUCACIÓN EN LA CIUDAD: LOS “PEQUEÑOS EDIFICIOS” DE JABAETÉ

João Nolasco Ribeiro¹
Sandra Soares Della Fonte²

RESUMO: Buscou-se revelar a cidade como espaço de disputa e cisão sócio espacial, a partir da prática espacial da habitação, de modo a deslindar suas contradições ao abordar alguns conflitos socioespaciais materializados no modelo de habitação do Residencial Vila Velha. A análise dos dados sinaliza a dominância da lógica do capital que impõe a moradia como habitat. Isso significa que, ao estar submetida à lógica do valor, essa moradia na forma condominial expressa a segregação da cidade e de seus espaços. Por mais que prevaleça a lógica racionalizada do habitat nesse condomínio, os habitantes do Residencial Vila Velha podem estabelecer com sua moradia algo que escapa à lógica da mercadoria. A Viagem Formativa carrega uma potência criadora capaz de modificar o significado da paisagem ao estimular diferentes percepções e sentimentos que brotam durante o percurso.

Palavras-chave: Educação na Cidade. Habitar / Habitat. Lefebvre.

ABSTRACT: It was sought to reveal the city as a space of dispute and socio-spatial split, from the spatial practice of housing, in order to unravel its contradictions when approaching some socio-spatial conflicts materialized in the housing model of Residencial Vila Velha. Data analysis signals the dominance of the capital logic that imposes housing as a habitat. This means that, by being subject to the logic of value, this housing in the condominium form expresses the segregation of the city and its spaces. As much as the rationalized

¹ Mestre em Ensino de Humanidades pelo Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Espírito Santo, Licenciado em Geografia pela Universidade Federal do Espírito Santo. E-mail: profjoaonolasco@gmail.com

² Professora Doutora da Universidade Federal do Espírito Santo. E-mail: sdellafonte@gmail.com

Artigo recebido em agosto de 2022 e aceito para publicação em outubro de 2022.

logic of the habitat prevails in this condominium, the inhabitants of Residencial Vila Velha can establish with their housing something that escapes the logic of the commodity. The Formative Journey carries a creative power capable of modifying the meaning of the landscape by stimulating different perceptions and feelings that arise along the way.

Keywords: Education in the City. Inhabit / Habitat. Lefebvre.

RESUMEN: Se buscó revelar la ciudad como espacio de disputa y escisión socioespacial, a partir de la práctica espacial de la vivienda, con el fin de desentrañar sus contradicciones al abordar algunos conflictos socioespaciales materializados en el modelo habitacional del Residencial Vila Velha. El análisis de datos señala el dominio de la lógica del capital que impone la vivienda como hábitat. Esto quiere decir que, al estar sujeta a la lógica del valor, esta vivienda en forma de condominio expresa la segregación de la ciudad y sus espacios. Por mucho que prevalezca en este condominio la lógica racionalizada del hábitat, los habitantes del Residencial Vila Velha pueden establecer con su vivienda algo que escapa a la lógica de la mercancía. El Camino Formativo conlleva un poder creativo capaz de modificar el significado del paisaje estimulando diferentes percepciones y sentimientos que surgen en el camino.

Palabras clave: Educación en la Ciudad. Habitar / Hábitat. Lefebvre.

INTRODUÇÃO

A prática espacial da habitação na cidade transborda a necessidade de compreensão de sua dinâmica, dos atores envolvidos e suas relações com as demandas de habitação. A opção por esse tema se faz no horizonte político-pedagógico de “Educação na Cidade”, assumido pelo Grupo de Estudos sobre Educação na Cidade e Humanidades do Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Espírito Santo (Gepech/Ifes) que, desde 2016, tem como uma de suas inspirações a defesa de “direito à cidade” feita por Henri Lefebvre.

Verificamos durante a pesquisa para elaboração da dissertação de mestrado Programa de Pós-graduação em Ensino de Humanidades (PPGEH/IFES) que a dinâmica urbana tem como base a apropriação privada da renda sobre o solo da cidade, fazendo com que agentes e segmentos hegemônicos desfrutem de maior estágio de bem-estar e riqueza acumulada, na forma de um patrimônio imobiliário de alto valor. Em contraposição, grande parte da população fica subjugada espacialmente em relação à moradia e aos serviços básicos coletivos. Tais fatos resultam no aumento das desigualdades sócio espaciais, cristalizadas na ocupação do espaço da cidade.

Esse processo de reprodução do espaço urbano elenca diferenciações, tanto no que diz respeito à forma urbana quanto à organização dos grupos sociais e das atividades que promovem a funcionalidade interna da cidade, dependendo da ótica que se pretende analisar. A fim de trazer essa discussão à baila, optamos por estudar o condomínio Residencial Vila Velha (RVV), localizado município de Vila Velha, no estado do Espírito Santo. Esse conjunto

habitacional está inserido na região da Grande Terra Vermelha, dentro da região administrativa número 5 (Grande Jucu), no bairro Jabaeté (Figura 1). Um bairro que se formou exatamente a partir de projetos habitacionais para famílias de baixa renda, reivindicados por movimentos sociais de luta por moradia, sendo utilizado pelo poder público com este fim. Esse condomínio assume um lugar de destaque na paisagem do bairro Jabaeté, pois conta com 1488 apartamentos, organizado em 3 etapas, com um total estimado de 5.950 moradores.

Segundo Ronchi (2014, p. 45), “[...] a idealização do empreendimento ocorreu em função da disponibilidade e dimensão do terreno que comportava um projeto habitacional de grandes proporções”. Conforme informações da Subsecretaria de Habitação de Vila Velha, o terreno foi adquirido pelo Fundo de Arrendamento Residencial (FAR) em 2010 para a implementação de projetos habitacionais de interesse social. Esse empreendimento vinculou-se ao Programa Minha Casa, Minha Vida (PMCMV), de âmbito federal e lançado em 2009, sendo responsável pela construção de grandes conjuntos habitacionais com linhas de financiamento bancário para famílias de baixa renda.

O conjunto habitacional do Residencial Vila Velha fica localizado na periferia do município de Vila Velha, em um bairro considerado de “risco social”. Os espaços comuns entre os moradores são restritos, assim como os próprios apartamentos, construídos com materiais baratos e sem refino no acabamento. Isso significa que, ao estar submetida à lógica do valor, essa moradia do PMCMV na forma condominial expressa a segregação da cidade e de seus espaços.



Fonte: Google Maps. Elaborado pelo autor.

Figura 1. Mapa do Estado do Espírito Santo e do município de Vila Velha. Referência de localização do Residencial Vila Velha.

Sob esse aspecto, podemos sintonizar, portanto, o fragmentado cenário imobiliário urbano de Vila Velha com uma precisa colocação de Lefebvre (1967, p. 174): “A cidade, crescendo desmedidamente, projeta para longe, fragmentos e destroços. [...] Durante esse tempo, o coração da cidade se deteriora, se burocratiza, ou simplesmente apodrece”.

Na Figura 2, a seguir, é possível dimensionar na paisagem a grandiosidade do terreno dessa edificação inserida em um bairro em que as habitações térreas predominam.

Diante dessa panorâmica, caminhamos em direção similar às problematizações levantadas pelo geógrafo Milton Santos ao questionarmos em que medida a organização do espaço construído dentro do conjunto residencial torna-se instrumento de agravamento das condições criadas pelo mercado imobiliário e de condução a um processo de alienação socioespacial?



Fonte: Rodnei Braun (2013, apud RONCHI, 2014).

Figura 2. Panorâmica do Residencial Vila Velha em 2013.

O sociólogo francês Henri Lefebvre se utiliza das noções de Habitar e Habitat como modo de lançar luz sobre os conteúdos da vida urbana e revelar suas contradições. Essas noções afirmam a necessidade radical de apropriação do espaço para a reprodução da vida e é pensada como elemento fundamental da produção filosófica do homem. Ele acredita que o habitat se trata do suprimento da necessidade de habitação do indivíduo para sua sobrevivência, enquanto o habitar constitui a apropriação, no plano individual, da habitação. No contexto de superação da lógica capitalista, em que o espaço se torna mercadoria e objeto de estratégias econômicas, o desafio prático e teórico é reavivar a possibilidade utópica do habitar em contraste com a ideologia racionalizada do habitat.

Os conflitos que atravessam a cidade de Vila Velha ganham visibilidade nessa moradia organizada na forma de condomínio. Por isso, torna-se imprescindível abordar a

dinâmica que se materializa espacialmente com a construção desse conjunto habitacional. Ao voltar o olhar sobre o bairro e sobre o entorno do condomínio, sobre aspectos históricos de sua construção, sobre a organização de seus espaços comuns e dos espaços privativos dos apartamentos, de sua gestão administrativa e do perfil de seus moradores, buscamos realçar as contradições sociais que se produzem e reproduzem a partir das noções Henri Lefebvre, para quem o direito à cidade coloca-se na perspectiva de que o espaço urbano pode ser apropriado de forma humanizada, plena e com equidade.

O MUNICÍPIO DE VILA VELHA

O município de Vila Velha registra uma associação direta dos processos de fragmentação e hierarquização espacial, ao compor uma ampla expansão de áreas periféricas por conjuntos habitacionais, por sua extensão de espaços vazios, e também por ser um dos principais centros de atração migratória na Região Metropolitana da Grande Vitória (RMGV).

Os agentes envolvidos vêm produzindo e reproduzindo um espaço onde a geração e captação da renda fundiária e imobiliária orientam o crescimento urbano, protagonizado por proprietários fundiários, promotores imobiliários bem como o Estado.

Conforme dados do Sindicato da Indústria da Construção Civil do Espírito Santo (SINDUSCON-ES), entre os anos de 2002 a 2014, é possível constatar que as unidades em construção em Vila Velha representavam quase 50% do total da Grande Vitória, concentradas nos bairros costeiros da Praia da Costa, Itapuã e Itaparica. Bairros que começaram a receber empreendimentos com maior intensidade a partir da década de 1990, quando o mercado imobiliário para as classes de alta renda expandiu das áreas litorâneas de Vitória para Vila Velha. Com a construção de grandes edifícios residenciais bem como investimentos em edifícios comerciais, shopping centers e loteamentos fechados, parte da população pobre residente nestas áreas foi realocada para regiões mais periféricas e precárias da região metropolitana. O município de Vila Velha ilustra como as empresas do setor imobiliário vêm assumindo a direção do processo urbano e da construção da cidade (MARICATO, 2012).

O Residencial Vila Velha situa-se no município que, ao longo de sua história, assumiu uma função específica em relação ao centro (a capital, Vitória): ser cidade dormitório.

O espaço urbano mais adensado acumula uma valorização superior à verificada no mercado imobiliário em localidades mais afastadas do centro. Conforme a demanda por espaço e oferta de crédito oferecida por programas estatais, do monopólio de algumas incorporadoras e da fragmentação ulterior, altera-se o sentido das demandas por habitação e por espaço.

Uma maior compreensão do processo de segregação no município pode ser obtida a partir da contextualização do processo de formação da área denominada de Grande Terra Vermelha (GTV), onde desde meados da década de 1970 registra-se a concepção intensificada de loteamentos, muitos deles clandestinos, junto a ocupações irregulares e precarizadas.

A REGIÃO DA GRANDE TERRA VERMELHA E O BAIRRO JABAETÉ

A Região de Terra Vermelha é composta por 11 bairros¹ localizados mais ao sul do município de Vila Velha, a aproximadamente 12 km do centro, ao longo da Rodovia do Sol (ES-060) e faz parte da Região 5. Conforme Sartório (2012), desde a década de 1950, a região é alvo de loteamentos, que se intensificaram na década de 1970. Em 1974, com a inauguração da Rodovia do Sol, um novo vetor de expansão urbana foi iniciado, incorporando a faixa litorânea sul de Vila Velha ao uso e ocupação do solo.

No entanto, somente no final da década de 1980, houve o início das ocupações, quando o então governador Max Mauro (1987 a 1991) entregou as primeiras habitações de interesse social no bairro Terra Vermelha, estimulando a produção imobiliária. Houve, também, estímulo por parte da administração municipal para a ocupação da área por famílias de baixa renda.

Siqueira (2019, p. 209) pontua que:

[...] as habitações precárias, que se estabeleciam neste território, passaram a abrigar famílias com total desamparo social, constituídas inicialmente por grupos carentes vindos de outras periferias de Vila Velha e da Grande Vitória e migrantes vindos do interior capixaba, do norte de Minas Gerais, de regiões periféricas do Rio de Janeiro, do norte deste mesmo estado e do sul da Bahia. Uma população constituída por uma grande maioria de famílias jovens, com baixo nível de escolaridade e sem formação profissional.

Ao grande contingente de desempregados, trabalhadores autônomos informais e empregados de baixo salário restou ocupar principalmente as áreas afastadas do centro de Vila Velha e/ou aquelas impróprias para morar por serem consideradas de risco ou de preservação ambiental, áreas essas em geral desprovidas de equipamentos e serviços urbanos básicos, sem contar com a baixa qualidade estrutural das casas.

A continuidade da lógica de fragmentação urbana fica evidente no Programa Minha Casa Minha Vida (PMCMV) a partir de 2009. Com a diferença de produzir em alguns bairros do município de Vila Velha uma reconfiguração urbana, ao levar a construção de conjuntos habitacionais de apartamentos para bairros que antes predominavam a autoconstrução de casas. Abriu-se, assim, novos eixos de valorização imobiliária materializadas em regiões de menor poder aquisitivo.

É neste contexto de grandes transformações urbanas ocorridas no município de Vila Velha, marcado por segregações socioespaciais, que verificamos como a produção de moradias e de conjuntos habitacionais foram determinantes na configuração deste espaço urbano. Essas iniciativas foram tomadas dentro de um projeto urbanístico do Estado em convergência com interesses privados.

As chamadas Zonas de Especial Interesse Social (ZEIS) se configuraram nas áreas com prioridade no atendimento de melhorias habitacionais e, portanto, com prioridade nos programas de habitação. Por estar completamente inserido em uma ZEIS, o bairro Residencial

Jabaeté é fruto da gestão intencional dos órgãos públicos em concentrar nesse bairro grande parte do contingente que compunha o déficit habitacional de Vila Velha. O bairro, portanto, já chama o olhar para pesquisa sobre segregação, pois está localizado em uma região afastada do centro da cidade de Vila Velha, dentro da Região 5 (Grande Jucu), denominada por muitos vilavelhenses como “anexo” de Vila Velha, com tendências pejorativas.

O termo “anexo” escancara a dificuldade de reconhecimento da alteridade espacial. Significa dizer que as valorizadas áreas centrais de Vila Velha demonstram relações de habitação conectadas aos interesses especulativos e a interesses políticos específicos, reprodutores da valorização imobiliária e do imaginário de qualidade de vida habitacional, em detrimento das áreas periféricas.

Ou seja, vilavelhenses que nunca frequentam a Grande Terra Vermelha e o RVV contrastam hierarquicamente com um outro estereótipo de moradores e de paisagens da cidade, associado aos modos de vida elitistas, tal como o esplendor das áreas mais centrais e ligadas à orla, mais valorizadas por atributos especulativos, estruturais, históricos e de padrão social monetariamente elevado. Nesta direção, Carlos (2003, s.p.) diz que:

[...] as formas urbanas guardadas na memória articulam espaço e tempo, construídas a partir de uma experiência vivida num determinado lugar. Nesse sentido a construção do lugar se revela, fundamentalmente, enquanto construção de uma identidade.

Na Câmara Municipal de Vila Velha em 2014, um vereador chegou a levantar uma proposta de emancipação para a Região da Grande Terra. A proposta não teve seguimento na Câmara e nem adesão das representações de moradores. Entretanto, o fato de a discussão da emancipação ter sido levantada já é revelador e nos permite problematizar o alcance da fragmentação que as desigualdades espaciais geram, ao ponto da possibilidade de ruptura burocrática da municipalidade.

Nessa perspectiva, a cidade de Vila Velha também expressa materialmente as desigualdades sociais. Isso implica construções de identidades e memórias diametralmente distantes, impostas pelos limites de uso, que dificultam o entrelace das relações espaço-temporais. Daí pode-se afirmar que o espaço urbano não se reproduz sem conflitos e contradições, inerentes à própria lógica capitalista e à reprodução de uma sociedade fragmentada. Processo que se reflete na propagação de novos habitats urbanos em formato de condomínio e que podemos associar à implementação do Residencial Vila Velha, na Região 5.

O processo de desapropriação do terreno onde o bairro Jabaeté fica localizado é fruto das pressões de movimentos sociais sobre a área denominada “Boca do Mato”, efetivada em 1992, durante a administração estadual de Albuíno Cunha de Azeredo (1991-1995), em continuidade à política de promoção de assentamentos urbanizados e legalizados para fins de moradias de populações de baixa renda, implementada durante a gestão do ex-governador Max Mauro (1987-1991). O terreno foi adquirido pela Companhia de Habitação do Espírito Santo (COHAB– ES).



Fonte: Google Earth (2013), elaborado por Ronchi (2014).

Figura 3. Localização do Bairro Residencial Jabaeté e do Residencial Vila Velha.

Na Figura 3, podemos observar o quanto o Residencial Vila Velha se destaca na paisagem do bairro, também sob esta perspectiva aérea. A única obra de todo o bairro construída em formato de prédio. Os 93 edifícios preenchem a paisagem, adicionam diversidade de vidas e movimentam o bairro.

POR DENTRO DO RESIDENCIAL VILA VELHA

O Residencial Vila Velha faz parte do Programa Minha Casa, Minha Vida (PMCMV), carreado pelo Governo Federal. Para participar PMCMV é preciso que o candidato atenda a uma série de critérios. É preciso ter, obrigatoriamente, renda familiar de até R\$ 1.600,00.

O Empreendimento é dividido em 3 Etapas de Construção, constando diferentes empresas construtoras para cada etapa, totalizando 1488 moradias, representando o maior empreendimento do PMCMV para pessoas de baixa renda do Estado do Espírito Santo. Os 12 “predinhos” (essa é a forma que os próprios moradores e a vizinhança se referem ao condomínio) enfileirados ao longo de aproximadamente 400 metros da Avenida França, surgem como ponto de referência em função da sua dimensão e distinção vertical na paisagem, onde predominam as construções horizontais.



Fonte: Foto de Edson Chagas.

Figura 4. Vista do condomínio Residencial Vila Velha.

São 93 edifícios com quatro pavimentos cada um. Cada edifício contém 16 apartamentos. O conjunto habitacional é dividido em três segmentos, cada um deles formado por 31 edifícios, o que totaliza 496 apartamentos por segmento.

No Condomínio, cada etapa possui: área de lazer descoberta (parque/quadra); área de lazer coberta (quiosque de 40m²); área de passeio (via de uso comum) e 273 vagas de estacionamento. Os espaços entre os edifícios são cobertos por grama contendo uma faixa de passeio.

A estimativa, segundo as construtoras, é de que cada segmento tenha uma população de 1.984 habitantes. Considerando os três segmentos, seriam 5.952 moradores, ou seja, representa uma densidade habitacional de 4 pessoas por domicílio. O Programa prevê que 3% das unidades sejam destinadas a idosos ou a Pessoas Com Deficiência (PCD). No Residencial Vila Velha, 78 unidades foram adaptadas para esse público, todas localizadas no primeiro piso, de forma a facilitar o acesso para essas pessoas.

O Residencial possui apartamentos compostos por sala de estar, 2 quartos, cozinha, banheiro e área de serviço, medindo 43,54 m². Com essa estrutura os apartamentos foram entregues. Conforme o senhor P., morador da 1ª etapa: “o apartamento estava prontinho, com pia, piso, torneiras e até as lâmpadas. Entramos e moramos”.

DIGA ONDE MORAS E TEU LAR DIRÁ QUEM ÉS?

Os apartamentos padronizados originalmente não tinham nada de particular, eram homogêneos em sua estrutura. Mas, depois de ocupados, em cada lar, as pessoas tornaram próprios os seus espaços, constituíram sua habitação.

A sala é o maior cômodo do apartamento. “Cabe um sofá e a TV bem encaixadinhos, só fica difícil quando chega mais gente aqui, mas dá pra ficar bem confortável. Ali do lado ainda cabe uma mesinha de estudos”, relata a moradora N., da 2ª etapa. A fala do Sr. P., morador da 1ª etapa, anuncia um novo momento em sua vida: “logo que minha companheira recebeu a chave apartamento, no 4º andar, nós nos mudamos [...] Eu saí do sufoco, morava nos fundos da casa dos meus sogros”.

Relatos como esses demonstram a satisfação por realizarem o sonho da habitação. Sonho embutido em toda a complexidade que a casa própria representa. Assim, antecipamos que, nas relações de apropriação, o uso preenche o que antes era vazio, constrói um conteúdo diante da precariedade e persiste na realização afetiva com a moradia. O que corrobora com o registro de Pádua (2019):

[...] É ao mesmo tempo o espaço empobrecido, pequeno, apertado, mas também o espaço da vida, da conquista da casa, que imporá novos problemas cotidianos: o acesso à cidade, a distância ao trabalho, a falta de espaço, a distância aos comércios maiores etc. (2019, p.480):

Ao nos referirmos a qualquer espaço de moradia, pertencente a qualquer pessoa e relativo a qualquer lugar, devemos cuidar para que nossas colocações se pautem também em aspectos afetivos, além da mera descrição sobre a estrutura, já que as paisagens de moradias pronunciam, deflagram sensações, sentimentos, percepções. Henri Lefebvre acrescenta que:

[...] Só o confronto entre dados sensíveis tal como os percebe o sociólogo e como procura compô-los como conjunto, de um lado, e, de outro, os lugares, os tempos e as coisas percebidas pelas partes interessadas permite um conhecimento. [...] O sistema de objetos permite identificar e analisar o sistema das significações verbais, e reciprocamente (LEFEBVRE, 1965, p. 13).

Essa nova configuração de moradia em Jabaeté suscita mediação, pois os conflitos de convivência são eminentes e a resolução deles não vai mais ser tratada somente dentro dos limites da individualidade de cada lar. Morar em condomínio requer o entendimento de que outro também está contido ali. O muro e a guarita simbolizam a contenção do “outro”.

Morar onde contém o outro significa enveredar-se em um constante movimento de mediação dos conflitos de uma moradia montada dentro da racionalidade urbanística: um empreendimento realizado e concretizado do gabinete à obra, sem a participação efetiva daqueles que seriam moradores, tratados como passivos diante das intencionalidades planificadas, distantes literalmente da “mão na massa” da obra.

Administrar com o outro, na coletividade que um condomínio pressupõe, é uma novidade a ser mediada no RVV. Nesse fluxo novo de habitação, compartilha-se a entrada e a saída, contém-se o morador e contém-se o visitante. É onde contém a prestação de serviço, a zeladoria, o cuidado. E onde também se contém o “outro”, desconhecido.

Na articulação inseparável de produção e reprodução da vida, entendido aqui como necessidade radical do ser humano, sempre é possível encontrar alguns indícios de apropriação. Dessa forma, “há a necessária aproximação com a vida concreta e suas necessidades e desejos, propriamente humanos, o que remete à noção de apropriação” (PÁDUA, 2019, p.483).

Ou seja, o que foi concebido para os moradores dos “predinhos” tenta resumir o cotidiano à funcionalidade daquele espaço de moradia. Mas, em movimento contrário e também contraditório, os resíduos encontrados nas modificações personalizadas dos espaços interiores dos apartamentos e sobretudo nos espaços comuns, sinalizam a potência do vivido rumo a apropriação. Por isso,

[...] o habitar não pode ser reduzido a cálculos, às prescrições exatas dos planejadores, porque se coloca como produção propriamente humana, a partir das necessidades do homem em seu processo de humanização e não a partir de concepções apriorísticas do que deve ser o morar, o habitat (PÁDUA, 2019, p.481).

Vale destacar que não há profissionais de zeladoria contratados. Portanto, toda a manutenção dos corredores e dos jardins é feita espontaneamente e necessariamente por moradores. Para não recairmos em hipocrisias, é preciso deixar claro que há moradores isentos de qualquer participação ou cuidado coletivo. Mas sustentamos que a permanente mediação desses cuidados se reflete em práticas conectadas ao horizonte do habitar lefebvriano, mesmo diante das dificuldades financeiras que vários moradores vivenciam.

Justamente por esses motivos, realçamos que destacar os resíduos de apropriação não constitui uma maneira hipócrita de clarear o que sobra dos processos e atividades sociais, mas sim, um modo de clarear os caminhos valiosos para outra organização social. Tal como faíscas de luz que acendem rotas de escape da lógica imperante.

Assim, junto a uma racionalidade homogeneizante, existem também indícios de apropriação que revelam o caminho do possível, registrados nas criativas modificações dos espaços comuns do residencial. Sem estarem somente arrebatados pelos fins de valorização para revenda, mesmo entre as diferentes Etapas do RVV, os blocos que contém os moradores mais envolvidos com seus espaços de moradia expressam esteticamente os cuidados gerados numa clara conexão com o valor de uso, próprias do Habitar lefebvriano.

É evidente que tais modificações estéticas, de tão positivas que são, acabam gerando maior valor de troca também. Fatos reveladores da permanente tensão entre valor de uso e valor de troca como produtora do espaço social de usos. Os desejos personalizados nos espaços de moradia ressaltam possibilidades e formas de resistência e reação às forças homogeneizantes. Desejos materiais, sim. Longe da negação da materialidade do mundo. A diferença é que ao expressá-los dialeticamente, tais desejos forçam o surgimento de questionamentos. Talvez

um esboço, um borrão de utopia social, a partir do significante coletivo de habitação, capaz de alcançar tanto o local quanto o global, que inspire a criação de espaços comuns onde se reivindique um poder de responsabilização sobre as decisões e promova ações que sejam críticas ao sistema capitalista. Possibilidades que conduzam à emancipação.

CONCLUSÕES

Nosso pensamento sobre a prática socioespacial no Residencial Vila Velha se debruça sobre o estudo do espaço. Da reprodução econômica e política, do espaço concebido, homogêneo, esvaziado. Mas também sobre o espaço vivido, da reprodução da vida das pessoas nesse recente habitat, que impõe novos desafios cotidianos. Portanto é necessário que haja uma relação mediada, agora consciente, entre os habitantes do RVV e a cidade que os contém, para que se perceba que a apropriação aflora na prática, mesmo em meio à dominação e à racionalidade técnica.

Henri Lefebvre apresenta um projeto rumo ao urbano, em permanente construção, pois trabalha com o presente, mas também com o futuro, o virtual. Projeto que está acontecendo ao mesmo tempo da dominação, rumo à novas possibilidades que alimentam a potência de uma outra sociedade, de outros espaços, outras práticas, na direção do habitar.

Para isso, é preciso reconsiderar o sentido da obra e substituir o domínio pela apropriação, fazer com que o impossível de hoje seja o possível de amanhã. É preciso pensar o urbano para além dos modelos do Estado e da empresa capitalista.

Considerando que “a paisagem provoca o pensar e que o pensamento se desdobra como paisagem” (COLLOT, 2013, p.12), concebemos um material educativo em forma de E-book³, que busca sensibilizar o professor da Educação Básica para o tema “Educação na cidade” por meio de reflexões sobre a habitação. Essa aproximação pode inspirar o professor a incorporar essa perspectiva em sua práxis pedagógica. O mundo é um espaço que convida ao movimento que se faz visível na circulação, na viagem.

Ao construir intercâmbios, temos a oportunidade de avaliar nossa realidade espacial e assim agregar capacidades diversas para entender nossa própria identidade. Portanto, é de suma importância conhecer in lócus outros espaços habitacionais de Vila Velha, dentro e além do circuito comum de nossos cotidianos. Locais que possam nos inspirar, instigar os sentidos e promover uma reflexão sobre o nosso trabalho enquanto docentes e estudiosos do espaço social. A proposta de Viagem Formativa, detalhada no material educativo, busca esse sentido de que “é preciso transver o mundo” (Manoel de Barros).

A paisagem é uma imagem de mundo disposta a um observador desobrigado de suas ocupações cotidianas. Mas diante da diversidade do mundo que se apresenta aos sentidos, impõe-se um recorte seletivo, assim a paisagem torna-se representação, para além das bases morfológicas e geográficas, como únicas portadoras de significações. Mas, a paisagem, como amplo sentido sinestésico, também representa o reencontro da razão com a emoção, um olhar sensível, o sentido afetivo da experiência paisagística. Consideramos que um trabalho pedagógico que tenha o espaço e a paisagem como dimensão de aprendizado deve

dispor de diferentes linguagens, que poderão proporcionar ao docente e ao estudante a elaboração de saberes sobre os espaços onde ele e outros sujeitos sociais vivem.

Por fim, sabemos que a espacialidade tem tomado as ciências sociais e as questões sobre o espaço têm recebido grande atenção, estendendo-se para além da Geografia. Essas novas configurações espaço-temporais que se materializam no mundo anseiam por novas abordagens, correspondentes às condicionantes sociais da atualidade.

Pensar o habitar, nesse sentido, é pensar a vida concreta na cidade e, assim, desvelar a necessidade da luta de classes no contexto da vida urbana. É deslindar a cidade como lugar de mediação das dimensões do espaço percebido / concebido / vivido.

NOTA

3 Disponível em: <<https://repositorio.ifes.edu.br/handle/123456789/1369>>.

REFERÊNCIAS

BESSE, Jean-Marc. **Ver a Terra: seis ensaios sobre paisagem e geografia**. Tradução de Vladimir Bartalini. São Paulo: Perspectiva, 2006.

CARLOS, A. F. A. A questão da habitação na metrópole de São Paulo. **Scripta Nova**. Revista electrónica de geografia y ciencias sociales. Barcelona, v. VII, nº 1461, agosto de 2003.

CÔCO, Dilza; LEITE, Priscila de Souza Chisté; DELLA FONTE, Sandra Soares; MACEDO, Érika Sabino de. **Educação na Cidade: diálogos e caminhos do Gepech**. São Carlos: Editora Pedro&João, 2021.

LEFEBVRE, Henri. **A Cidade do Capital**. Tradução Maria Helena Rauta Ramos e Marilene Jamur. Rio de Janeiro. DP&A 2001. 2ª edição.

LEFEBVRE, Henri. **A Revolução Urbana**. Belo Horizonte: EDUFMG, (1970) 2004.

LEFEBVRE, Henri. **La presencia y la ausencia: contribución a la teoría de las representaciones**. México: Fondo de Cultura Económica, 1983[1980]. 277p.

LEFEBVRE, Henri. **La producción del espacio**. Madrid: Capitán Swing, 2013.

LEFEBVRE, Henri. **O Direito à Cidade**. Tradução: Rubens Eduardo Frias. São Paulo: Moraes, 2001.

PÁDUA, R. F. O habitar como horizonte utópico. **Geosp – Espaço e Tempo** (Online), v. 23, n. 3, p. 478-493, dez. 2019, ISSN 2179-0892.

RIBEIRO, João Nolasco. **Deslindar a Cidade: Habitar no Habitat do Residencial Vila Velha**. IFES, 2021. Dissertação.

RONCHI, Pedro. **Expansão urbana e o Programa Minha Casa, Minha Vida na região metropolitana da Grande Vitória**. UFES, 2014. Dissertação.

SARTÓRIO, Fernando Domingos Vieira. **Uma geopolítica do urbano: grande Terra Vermelha, região metropolitana da Grande Vitória-ES**. UFES, 2012. Monografia.

SIQUEIRA, Maria da Penha Smarzaró. Aglomerados periféricos: a expressão da tradicional pobreza e da segregação nas cidades brasileiras. **Fronteiras - Revista de História**, vol. 21, núm. 38, p. 198-222. Universidade Federal da Grande Dourados, 2019.